

Shopping do Lago Sul não sai, mas área pode ter lojas

Terreno poderá abrigar novo centro comercial, embora de menor porte

Cristina Fausta

A construção do shopping do Lago Sul, na QI 25, está descartada, mas ainda há possibilidade de se instalar na área um comércio, embora de porte menor. O administrador regional, Paulo Zuba, garantiu ontem que a shopping não sairá do papel e enumerou as irregularidades do projeto que inviabilizam a obra: Embora a administração já tenha publicado uma ordem de serviço no Diário Oficial de Distrito Federal, do último dia 28, anulando a aprovação do projeto do shopping, os moradores da região continuam temerosos.

Olga Nacouzi, presidente da Associação dos Moradores da QI 25, assegura que comunidade local está ainda alarmada diante da possibilidade da construção do shopping. Os moradores temem que a implantação de empreendimentos comerciais de grande porte descaracterize o meio ambiente urbano da quadra, explica Olga.

— Por diversas vezes manifestamos nossas preocupações por meio de cartas ao administrador, mas ele nunca convocou a comunidade para discutir o projeto. É importante lembrar que área em que se pretendia construir o shopping está encravada em uma área residencial. Imagine o transtorno com tráfego, veículos estacionados nas calçadas, como já acontece nas proximidades do Pier 21 — destaca a moradora.

Nas ruas, a opinião dos moradores é unânime. Eles repudiam a idéia de qualquer empreendimento comercial na área em questão e

“

Se cumpridas todas as exigências como determina a lei, cabe à administração expedir os atos que possibilitem a construção

Paulo Zuba
administrador do Lago Sul

suspeitam de que a politicagem viabilize a construção do shopping, como alega um servidor público que se identifica apenas pelo nome de Aloísio.

— Aqui no Lago Sul não temos áreas destinadas à construção de shoppings. Se isso mudar, é porque algum vigarista influente está levando vantagem. Nós, moradores da região, queremos ficar bem longe da confusão que esses centros geram — diz o servidor.

Essa opinião é generalizada.

— O comércio local já atende as nossas necessidades mais urgentes. Temos padaria, drogaria e um Carrefour Bairro — complementa a moradora Gabriela Gamini.

Preocupados com manutenção das características da área, a associação achou mais prudente buscar o Ministério Público do Distrito Federal.

— Como podemos confiar nas garantias do administrador se fomos pegos de sobressalto, com uma publicidade em jornal, afirmando



Ivonildo Di Lira/Divulgação



que o shopping seria edificado? — questiona Olga Nacouzi.

Garantia do administrador

Paulo Zuba explica as razões que levaram a administração a pedir a anulação do projeto. Ele confirma que, de fato, há irregularidades no processo.

O administrador relata que o projeto não cumpre o que está estabelecido na Norma de Gabarito das Cidades (NGB 029/97), que determina que no mínimo 60% da área edificada seja ocupada por atividades de lazer e cultura. Havia

também um desvio do projeto relacionado a cota de soleira, ou seja, demarcação a partir da qual se edifica o prédio, que também estava em desacordo com a portaria do governo. Outro fator importante é que não foi feito um estudo de geração de tráfego. E, para piorar, o projeto sequer tinha alvará de construção, explica o administrador.

— Para obter o alvará de construção é preciso apresentar uma série de documentos. Um deles é o projeto aprovado, que já existia, mas eles não tinham documentos que comprovassem o cumprimento das ou-

ÁREA DA QI 25 — Os moradores mostram que espaço é incompatível com um shopping, mas a administração diz que normas permitem instalação de pólo que reúna cultura e lazer ao comércio

tras exigências, o que confirma como foi precipitada a divulgação da notícia sobre a concepção desse shopping — explicou Zuba.

O administrador destaca que, em princípio, os moradores do Lago Sul são contra qualquer atividade que traga movimento de pessoas e aumento de fluxo de carros. Ele reiterou que o shopping não será construído porque não está no molde da norma de gabarito, mas não afastou a possibilidade de ser edificado no local um shopping com atividade complementar, de cultura e lazer.

— Se cumpridas todas as exigências conforme determina a lei, cabe à administração expedir os documentos que possibilitem a construção. Quanto ao shopping, eu não posso ter opinião nem a favor, nem contra sobre algo que esteja em desacordo com a lei. Se está fora das normas, jamais será aprovado, se estiver plenamente em acordo, será aprovado porque a administração terá obrigação de liberar — constata.